



Roda da Fortuna

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo
Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

Reche Ontillera, Alberto; Souza, Guilherme Queiroz de; Vianna, Luciano José (Eds.).

Ana Carolina Lima Almeida & Clinio de Oliveira Amaral¹ O “declínio” da antiguidade e a transição para o mundo medieval: um debate historiográfico*

Le “déclin” de l’antiquité et la transition au monde médiéval: un débat
historiographique

Resumo:

Este trabalho consiste em um breve debate historiográfico a respeito da passagem da antiguidade para a idade média. Para tanto, foram selecionados uma série de autores, com diferentes abordagens teóricas e metodológicas, que podem ser considerados como referências sobre o tema deste artigo. Embora não se apresentem os autores em uma rígida ordem cronológica, estabeleceu-se um equilíbrio entre a forma como o tema foi abordado pela historiografia e o contexto histórico em que as obras foram produzidas. Assim, há referências a autores desde o século XVIII até o século XXI. Ao apresentar os autores, objetivou-se demonstrar a complexidade do tema e, ao mesmo tempo, indicar a necessidade de se ampliar a reflexão sobre esse tema.

Palavras-chave:

Antiguidade; Idade Média; debate historiográfico.

Résumé:

Ce travail consiste dans un bref débat historiographique sur le passage de l’antiquité au moyen âge. Pour cette raison, ont a choisi une série d’auteurs qui ont différentes approches (notamment en ce qui concerne leurs conceptions théorique et méthodologique) sur ce sujet. En outre, ils peuvent être classés comme références dans le domaine de cet article. Malgré le fait qu’ils ne sont pas présentés dans un ordre chronologique rigide, ont a établi un équilibre

¹ Ana Carolina Lima Almeida é doutora em história social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Medievalística da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LEPEM-UFRRJ); Clinio de Oliveira Amaral é professor adjunto 3 de história medieval da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Medievalística da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LEPEM-UFRRJ) e membro da Rede Luso-Brasileira de Estudos Medievais.

* Agradece-se a Lucas Cabral Schuet (LEPEM – UFRRJ) pela leitura deste artigo, bem como pelas sugestões dadas que contribuíram para a redação da versão final do mesmo.

entre la forme comme le sujet a été analysé pour l'historiographie et le contexte historique dont les œuvres ont été produits. Ainsi, il y a références aux auteurs depuis le siècle XVIIIe jusqu'au le siècle XXIe. La présentation des auteurs a eu comme objectif montrer la complexité du sujet et aussi indiquer la besoin de augmenter la réflexion sur ce sujet.

Mots-clés: Antiquité; Moyen Âge; débat historiographique.

A análise da passagem da antiguidade para a idade média envolve questões apresentadas por diversas correntes da historiografia, as quais, *grosso modo*, propõem compreender quais teriam sido, a partir do século III, as relações entre os “bárbaros”² e os romanos que teriam levado ao nascimento do mundo medieval. Paralelamente, corrobora-se a tese de Brown (1981) sobre a relevância do cristianismo nesse processo, através do papel exercido pelo culto aos santos. Defende-se a sua proposta acerca da importância do culto ao santos como um fator para a conversão dos povos que, apesar da expansão romana e da expansão do cristianismo niceniano³, ainda se encontravam relativamente isolados do processo de conversão ao cristianismo, sobretudo, aqueles que viviam fora do antigo *limes* imperial a partir a de segunda metade do século V (Brown, 1999)⁴.

Inicialmente, é necessário indicar que o debate historiográfico sobre o “declínio” do império romano e o início do medieval foi, desde o século XIV, com o renascimento italiano, até há pouco tempo, influenciado por preocupações com o mundo no qual se vivia (Almeida, 2010). Isso se deve ao fato de que muitos dos que refletiram sobre o tema eram estudiosos e políticos (Noble, 2006: 1-11). De forma geral, nos trabalhos sobre a temática supracitada, nota-se a existência de duas principais correntes: a dos romanistas e a dos germanistas. Todavia, antes da apreciação desse debate, apresentar-se-á

² Para não se utilizar a palavra “bárbaro”, que denotava uma visão romana sobre os não romanos, passou-se a utilizar a palavra “germânico”. Contudo, nem todos os povos que entraram no império eram germânicos. Além disso, os “germânicos” eram formados por povos completamente diversos no que diz respeito à etnia e à cultura. Goetz, H.-W. et al. (2003) sustenta que o conceito de “germânico” é tão equivocado quanto o conceito de “bárbaro”, pois ambos foram estabelecidos segundo a ideologia romana. Assim, utilizar-se-á germânico, bárbaro e seus derivados entre aspas.

³ Trata-se do concílio de Niceia, ocorrido em 325, que estabeleceu a ortodoxia cristã. Para maiores informações sobre a sua importância, cf. Minnerath (1996).

⁴ A primeira edição foi em inglês, e é de 1996.

uma série de autores⁵ considerados como referências no que diz respeito à temática deste artigo.

O historiador do século XVIII, Edward Gibbon, em sua obra intitulada, em português, *Declínio e queda do Império Romano*⁶, enfatizou os fatores externos à queda de Roma. Para ele, o império foi destruído pelo “barbarismo” e pela religião. A religião é o cristianismo, considerado uma força estranha responsável pelo enfraquecimento de Roma e dos seus recursos humanos e materiais. O “barbarismo” significava hordas de selvagens que devastaram Roma, que já estava enfraquecida pelo cristianismo e pelas dificuldades econômicas, sociais e políticas. Além disso, apontou para a imoderada grandeza de Roma, um império tão grande cuja pergunta deve ser não o motivo de sua queda, mas como conseguiu manter-se por tanto tempo. Além de ser o primeiro autor em cuja argumentação, relativa à queda do império romano, encontra-se uma explicação totalmente desvinculada da ação divina, ou seja, a sua argumentação baseou-se em uma reflexão contextual acerca dos diversos fatores coligados ao processo de declínio do império. Para além do mérito de sua análise laica, a sua exposição sobre como a Igreja teria contribuído para acelerar o processo de desmantelamento imperial também foi considerada por autores de orientações teóricas diferentes, como, por exemplo, Anderson (2000)⁷, Le Goff (2005)⁸, Brown (1999) etc..

Quanto às principais correntes mencionadas anteriormente, segundo Thomas Noble (2006), os romanistas tomaram duas formas completamente opostas. Em uma delas, a emergência dos reinos “bárbaros” representou o triunfo do “barbarismo” germânico, capaz de ofuscar as realizações da civilização romana. A outra considerava que a influência de Roma e que o papel de transmissor cultural realizado pela Igreja foram forças tão potentes que o “barbarismo” “germânico” foi enfraquecido, foi transformado. Os germanistas, em geral, sustentaram que os “bárbaros” levaram para o território imperial um novo tipo de liberdade, que não era limitada pela natureza fraca e

⁵ Não se objetiva apresentar todos os autores que contribuíram para essa discussão, mas destacar aqueles cujas obras podem ser consideradas como referência para um estudo inicial sobre tal temática.

⁶ Trata-se de uma obra publicada em três volumes, entre 1776 e 1778, cujo título original é *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*.

⁷ Apesar de se utilizar a edição em português de 2000, destaca-se que a primeira edição, em inglês, foi publicada em 1974.

⁸ Apesar de se utilizar a edição em português de 2005, destaca-se que a primeira edição, em francês, foi publicada em 1964.

decaída do império romano. Assim, os “bárbaros” transpuseram, quase de forma intacta, as suas instituições e as suas estruturas sociais para o império romano. Portanto, para Noble, tais generalizações, verificadas desde o renascimento, mostram mais as concepções ideológicas dos estudiosos que as defenderam do que uma análise do ponto de vista histórico.

O historiador francês do século XIX Numa Denis Fustel de Coulanges (1891) defendeu que as invasões ou migrações tiveram um pequeno efeito na sociedade e nas instituições da Gália. Para ele, a maior parte dessas instituições era uma continuidade das instituições romanas ou foram criadas naquele contexto. Assim, tal como o belga François-Louis Ganshof (1962: 91-127), buscou revelar a presença das características romanas nas instituições dos reinos “bárbaros”. As ideias de Fustel de Coulanges foram apropriadas em estudos econômicos. Dentre eles, há os trabalhos realizados por Henri Pirenne (1970)⁹, o qual defendeu a continuidade da unidade econômica em torno do Mediterrâneo. Para Pirenne, tal unidade só foi rompida com as conquistas árabes do século VII, levando, assim, ao nascimento da idade média. A concepção de Fustel de Coulanges e de Pirenne de que o império romano não foi desmantelado pelas migrações “germânicas” foi aceita por vários estudiosos, dentre eles, Elisabeth Magnou-Nortier (1989) Jean Durliat (1990), responsáveis por sustentar a argumentação segundo a qual houve uma continuidade das estruturas imperiais, como, por exemplo, o fisco, que permaneceram durante o período carolíngio.

No século XIX, com o objetivo de forjar identidades para os Estados-nação, estabeleceu-se, como marco inicial da maior parte das histórias nacionais, a chegada dos “bárbaros”. Na verdade, Guy Halsall (2007) sustentou que os nomes de vários países atuais da Europa ocidental são oriundos dos nomes desses grupos e que, mesmo em países nos quais esse fenômeno não ocorreu, atribuiu-se aos “bárbaros” um papel muito importante na sua história, como, por exemplo, os visigodos na península Ibérica e os lombardos na península Itálica. O autor sublinhou o uso político dessa corrente, originada no século XIX, cuja argumentação foi, posteriormente, apropriada pela Alemanha nazista. Assim, defendia-se que os habitantes de um Estado eram racialmente diferentes e tinham características morais e sociais particulares. Além de sustentarem que os alemães eram originários dos povos

⁹ A primeira versão de sua tese fora publicada, em 1922, na *Revue belge de philologie et histoire*, Tome I, pp. 77-86. Destaca-se que Pirenne também serviu para corroborar a tese de Anderson, detalhada nas próximas páginas deste artigo, considerado como um importante autor marxista, bem como autores que não se colocam como marxistas, como, por exemplo, Elisabeth Magnou-Nortier (1989) e Jean Durliat (1990). Embora Pirenne seja um autor bastante criticado, há algum tempo, ainda consegue influenciar trabalhos recentes, transformando-se em um objeto de constantes releituras.

arianos, os nazistas enfatizaram o caráter de uma sociedade marcial e fundamentada nas ligações recíprocas dessa população com o seu chefe guerreiro.

Após a queda do nazismo, houve uma revisão de tais ideias. Reinhard Wenskus (1961) sustentou que os “bárbaros” não eram formados por uma raça, mas pela agregação e pela aderência de diversos grupos a um grupo que era guardião de uma determinada tradição. Apesar de Wenskus afastar-se da posição nazista, não rompia com a historiografia tradicional germânica, porque enfocava a existência de uma liderança capaz de manter laços com uma população, tal como os nazistas defendiam. Wenskus influenciou vários estudiosos, como, por exemplo, Herwig Wolfram (1988, 1997), que deu continuidade aos trabalhos de Wenskus sobre a formação dos “bárbaros”, e Walter Pohl (1998a, 1998b), um influente representante da chamada Escola de Viena que, criticando Wenskus e Wolfram, procurou um critério objetivo para diferenciar os “bárbaros”. Influenciado pela *linguistic turn*, trabalhou com a identidade étnica dos povos “germânicos” no início do medieval, mostrando como foi construída por meio de uma seleção dentre várias possibilidades. Os argumentos de Wenskus e de Wolfram sofreram muitas críticas, dentre elas, houve a crítica à existência de um grupo coerente e unido¹⁰ de germanos, ideia que remete à visão do século XIX do espírito de uma nação.

Nos anos 70 do século XX¹¹, o debate historiográfico distanciou-se das preocupações, até então discutidas pelos romanistas e pelos “germanistas”, devido à crescente influência causada pela renovação teórica e metodológica ocorrida na historiografia nessa década. No campo do marxismo, destaca-se a análise, do já mencionado, Perry Anderson (2000), cuja maior preocupação seria a de explicar a queda do império romano do Ocidente como consequência do colapso, entre os séculos III e V, do modo de produção escravista. Ele sustentou que o modo de produção escravista de Roma não era capaz de se autorreproduzir e, por isso, dependia da expansão constante. Assim, com o fim da expansão militar, o império estava, necessariamente, fadado a cair. As dificuldades econômicas e os conflitos sociais trazidos por

¹⁰ Esse tema é debatido nos estudos de etnicidade, de etnografia e de etnogênese, principalmente, por Goetz, H.-W. et al. (2003) e Corradini, R. et al (2003).

¹¹ Embora Le Goff (2005), primeira edição de 1964, já tivesse escrito sobre a queda do império romano de uma forma mais ampla, ou seja, considerando diversos aspectos que não tinham sido considerados pelas correntes dos “germanistas” e dos romanistas, ele o fez em um manual sem aprofundar os seus principais argumentos, porém os mesmos serão explicitados nas próximas páginas. Na verdade, defende-se que, desde a década de 60 do século XX, se pode encontrar autores cujos propósitos fossem o de fazer um balanço crítico das teses dessas duas correntes, mas tal processo foi acelerado a partir da década de 70.

esse quadro, denominado de crise do século III, foram potencializados pelas invasões “germânicas” do século V.

Tal ideia contestava a tese do funcionalista Moses Finley (1973). Para ele, o intervalo de tempo transcorrido entre o fechamento das fronteiras, em 14 d.C., e o declínio da escravidão, ocorrida após o ano 200, foi muito longo. Portanto, não havia como considerar uma influência do primeiro evento sobre o segundo. Por isso, defendeu que a queda de Roma ligou-se à decadência do significado da cidadania dentro do império, levando à distinção jurídica entre *honestiores* e *humiliores* e ao rebaixamento do campesinato livre à condição de dependência, cuja última forma foi o colonato. Assim, as importações do trabalho escravo do exterior tornaram-se desnecessárias, gerando o fim da escravidão.

Contrário a Finley¹², Anderson defendeu que a crise do século III foi um marco importante, porque a estrutura imperial praticamente entrou em colapso, mas foi, aos poucos – embora em termos de produção não tenha voltado à situação anterior à crise –, recuperada a partir de Diocleciano (284-305). Uma das medidas desse imperador foi a introdução dos “bárbaros” nas legiões romanas. Ao mesmo tempo, o século III também marcou o processo de ruralização na Europa Ocidental, a qual foi acompanhada por um processo de queda demográfica na região ocidental¹³.

Para Anderson, as relações de produção no campo, a partir desse século, foram as grandes responsáveis pelo surgimento do modo de produção feudal. A partir de então, verificou-se uma retração da demanda por produtos agrícolas, que foi acompanhada por um grande aumento do preço do escravo. Tal contexto levou ao surgimento do *colonus*, que se transformou em mão-de-obra predominante. O colonato era um sistema em que um camponês rendeiro dependente ficava preso à propriedade do seu senhor, devia-lhe obrigações pagas em bens ou em dinheiro para explorar um lote de terra. Subjacente ao crescimento do colonato, o número de escravos caiu, entre os séculos VI e VII, e também houve queda na produção artesanal, o que conduziu a uma diminuição da pujança econômica nas cidades do Ocidente.

¹² Sobre os argumentos usados por Perry Anderson para refutar Finley, cf. Anderson, P. (2000: 79, nota 42).

¹³ Embora Le Goff (2005) mencione o problema relativo à queda demográfica, desde da primeira edição desse livro em 1964, ainda hoje não são conhecidas as razões que levaram a tal queda, mas, segundo esse autor, ela deve ser considerada como um dos fatores que contribuíram para o declínio do império romano no Ocidente.

No que diz respeito aos “germânicos”, Anderson afirmou que tinham um “modo de produção primitivo” que foi alterado, sobretudo, a partir do século III, devido ao maior contato com o mundo imperial. À época da “grande invasão” do século V, essa sociedade já possuía uma nobreza cortesã com fortunas individuais. As incursões destruíram o aparelho administrativo do império no Ocidente e as províncias entraram em colapso social. Assim, a primeira metade do século V conheceu a dissipação da ordem imperial no mundo ocidental. Segundo Anderson, apesar dos processos de aproximação cultural ocorridos anteriormente, as diferenças entre os “bárbaros” e os romanos ainda eram significativas nesse período.

Para esse autor, após a derrota dos romanos, uma das questões mais importantes para se compreender o nascimento da idade média diz respeito à distribuição das terras. Foi estabelecido um “arranjo” cujo resultado foi a transformação da elite “germânica” em um grupo muito semelhante à aristocracia fundiária romana, enquanto os soldados caíram na condição de rendeiros e de pequenos proprietários sob dependência econômica. Portanto, não há dúvidas de que o feudalismo era o resultado da fusão dos legados “germânicos” e romanos. Além disso, sustentou que a Igreja romana foi a única instituição que açambarcou toda a transição da antiguidade ao mundo feudal. No entanto, salientou a não existência de um estudo, baseado no marxismo, acerca desta questão.

Esse autor defende que a adoção do cristianismo como religião oficial do império, em 392, também foi um elemento para a queda¹⁴, pois a hierarquia representou um peso financeiro a mais. A partir dos séculos IV e V, o império sobrecarregou as suas superestruturas militares, políticas e ideológicas. Ao discutir as relações da Igreja com a política, Anderson sustentou a tese segundo a qual a expansão islâmica, no início do século VII, foi responsável por bloquear o comércio e contribuiu para o isolamento rural do Ocidente¹⁵, o que teria, de certo modo, aumentado a coesão ideológica da Igreja.

¹⁴ Na verdade, Perry Anderson reproduz muito da argumentação de Edward Gibbon acerca do papel da Igreja como um fator que teria contribuído para o declínio do império romano. Aliás, Le Goff, J. (2005: 21) também corrobora esse argumento; argumento também corroborado por Brown (1999).

¹⁵ Anderson endossa a tese de Henri Pirenne (1970). Atualmente, embora a historiografia reconheça a relevância desse trabalho, mesmo os marxistas não concordam com essa tese. Sobre uma crítica, no âmbito do marxismo, em relação a esse livro de Henry Pirenne, cf. Rodney, H.; Dobb, M. et ali. (2004). Os debates trazidos por esse livro reproduzem as discussões dos 50 do século XX até 1975 com a reprodução de textos que foram publicados, inicialmente, em *Science and Society* e outras revistas importantes, demonstrando um panorama da análise marxista sobre o tema deste artigo. Sobre uma crítica no âmbito da Nova História, cf. Le Goff, J. (1992), primeira edição, em francês, de 1980.

A maior parte da argumentação desse autor sobre a crise do mundo antigo diz respeito às relações de produção. No entanto, admitiu que a “síntese” não teria ocorrido se não fosse a atuação da Igreja. Acredita-se que esse autor não tenha feito uma análise satisfatória do papel fundamental da Igreja nessa crise, bem como de sua ação na formação da sociedade feudal.

Como o seu enfoque foi a questão do modo de produção, além do debate com Moses Finley, citado anteriormente, Anderson polemizou ainda com um expoente da *École des Annales*, Marc Bloch (1975). Os “germanos” tinham, em sua sociedade, o sistema de arrendamento, em que o escravo utilizava a terra para se sustentar – o senhor não gastava com a manutenção dos escravos – e para pagar corveias aos senhores. Além disso, embora não considere o aspecto mais importante, Bloch, ao contrário de Anderson, defendeu que o crescimento do cristianismo, desde a crise do século III, também foi um elemento que contribuiu, entre os séculos V ao IX, para o fim da escravidão. Para Jérôme Baschet, ainda hoje, essa questão está longe de ser totalmente esclarecida. Contudo, há um consenso quanto ao fato de que, no século XI, a escravidão, base do sistema produtivo romano, tenha praticamente desaparecido (Baschet, 2006)¹⁶.

Apesar da problematização trazida por Anderson e por Bloch, acredita-se que Peter Brown¹⁷ tenha produzido uma análise importante sobre a relação entre a crise, os “bárbaros” e o cristianismo. Brown (1999), ao contrário de autores, como, por exemplo, Anderson, defendeu que as “invasões” não representaram uma ruptura abrupta. Embora existissem povos guerreiros entre os “bárbaros” como, por exemplo, os hunos, que não eram de origem germânica, a maior parte era composta por agricultores: “Aquilo que tem sido grosseiramente designado por ‘invasão bárbara’ foi, de facto, uma migração controlada de camponeses amedrontados, que apenas procuravam juntar-se a outros seus iguais que viviam a sul da fronteira” (Brown, 1999: 30).

A proposta de Maria Guerras (1987) corrobora essa argumentação. Desde o século I, o império abandonou uma postura agressiva e adotou uma

¹⁶ A primeira edição em francês é de 2004.

¹⁷ Embora se utilize a argumentação de Peter Brown sobre a relação dos “bárbaros” com o cristianismo, não se concorda com a sua ideia de antiguidade tardia, situada entre os anos de 500 e 750. Optou-se por adotar a periodização de Jérôme Baschet no que diz respeito ao início da idade média. Portanto, adota-se a noção de alta idade média, situada entre os séculos V e X, cf. Baschet, J. (2006). Para um aprofundamento sobre a questão da periodização da idade média, cf. Amalvi, C. (2002), cuja primeira edição, em francês, foi em 1996.

atitude defensiva por meio da estratégia do *limes* e da romanização dos povos fronteiriços. Assim, foram realizadas ações coordenadas cujos resultados, sob o ponto de vista da aculturação, foram eficazes: incorporaram-se os chefes “bárbaros” às legiões romanas, estabeleceram-se contatos econômicos entre os povos “germânicos” e os romanos através do *limes* e, por último, propuseram-se tratados de cooperação militar entre Roma e as tribos “germânicas” (Guerras, 1987)¹⁸.

Brown defendeu que, no cristianismo, a absolvição do pecado impunha o arrependimento, o que engendrou a caridade, ou seja, uma reparação concreta e visível. Isso criou um mecanismo de controle da riqueza por parte da Igreja. Por isso, a Igreja não ficou, mesmo nos momentos de crise, à mercê de doações dos ricos. A instituição, no final do século III, era coesa e solvente (Brown, 1999). O século IV marcou o seu fortalecimento devido à aproximação com o império, cujo ápice ocorreu em 392. Na conjuntura do século IV, os bispos transformaram-se nos responsáveis por minimizar a desestruturação administrativa do império romano do Ocidente. As igrejas passaram a ser os instrumentos para manter a população estável nos momentos de fome e de cerco, o que, certamente, diminuiu o impacto das “invasões”.

Paralelamente, Brown reitera que os povos “germânicos” não invadiram o império, uma vez que povoados “bárbaros” foram criados, no interior do império, por meio da estratégia romana de dividi-los para controlá-los. Na realidade, instalaram-se nas zonas mais férteis do Mediterrâneo, isto é, na região onde a aristocracia fundiária romana estava mais enraizada. Nas áreas da Gália, da Hispânia e da península Itálica, a partir de 476, os militares não romanos transformaram-se em grupos proeminentes, estabelecendo uma competição com os romanos. Além disso, transformaram as suas vantagens militares em privilégios romanos, tais como: escravos, terras e clientes. Os “bárbaros” assumiram um estilo de vida romano, mas eram arianos, o que os opunham aos romanos niceianos.

Apesar das alterações nas fronteiras entre os “bárbaros” e os romanos terem sido realizadas, os cristãos, vinculados à tradição romana, não tinham se

¹⁸ Na verdade, pode-se afirmar que a posição de Maria Guerras é, de certa forma, um certo consenso entre os historiadores. Sobre esse consenso, cf. Heers, J. (1991), primeira edição em francês de 1968; Baschet, J. (2006); Le Goff, J. (2005); Franco Júnior, H. (2005), primeira edição de 1989; Guerreau, A. (2002), primeira edição em francês de 1996; Vincent, C. (2007: 18), primeira edição de 1995. Nessa página, a autora afirma que, ao invés de se usar o termo “invasões”, seria preferível utilizar o termo “incursões”.

aproximado, em matéria religiosa, dos “bárbaros”, considerados hereges arianos. “Um cristianismo comum, capaz de incluir bárbaros e cristãos simultaneamente, só apareceu quando a natureza da própria fronteira se alterou” (Brown, 1999: 98). Certamente, um dos principais passos no sentido do estabelecimento desse novo cristianismo ocorreu entre os francos¹⁹. Assim, Brown afirmou que, após a conversão de Clóvis, iniciar-se-ia um processo que se estenderia até o final da alta idade média através do qual os reinos “bárbaros” foram, aos poucos, um a um convertidos ao cristianismo romano.

Para Jacques Le Goff (2005), o Ocidente medieval originou-se das ruínas do mundo romano. No entanto, esse nascimento foi fruto de uma relação ambígua, pois Roma serviu de impulso e de paralisia para tal aparecimento. Segundo sua interpretação, desde a segunda metade do século II, a civilização romana teria entrado em contato com as forças que, aos poucos, iria destruí-la e renová-la. Mas, seria a crise do século III a responsável por sua ruína. O centro, Roma, não conseguia mais ter uma relação de autoridade com seus diversos membros. Assim, as províncias começam a adquirir vida própria e, aos poucos, de conquistados passam à condição de conquistadores.

Espanhóis, gauleses e orientais conseguiram chegar ao senado e houve vários imperadores oriundos das províncias. Nesse processo de “invasão estrangeira”, citado por Le Goff para demarcar a influência das províncias no controle do império, destacou-se o édito de Caracala, de 212, cujo texto dava a cidadania romana a todos os habitantes do império. Além disso, é importante ressaltar a fundação de Constantinopla, em 324-330, e a inclinação do mundo romano para o Oriente.

O processo de crise do império teria começado, no século III, com o esgotamento exterior que se juntou à estagnação interna. Com a crise demográfica, houve a acentuação da falta da mão-de-obra escrava. As invasões do século III marcaram o início das alterações cujo resultado conduziu ao nascimento do Ocidente medieval, enquanto as do século V precipitaram tal processo ao mesmo tempo em que lhe deu um aspecto catastrófico. Certamente, as invasões do século III representaram um ponto essencial da crise, que foi contornada por um tempo. Elas, na parte ocidental do império,

¹⁹ Sobre a defesa de que a sociedade merovíngia foi a primeira sociedade cristã do Ocidente medieval, cf. Freitas, E. (2004) e Silva, M. (2008). Embora seja citado o trabalho de Freitas com data de 2004, a investigação de Silva é anterior, portanto, no contexto brasileiro, pode ser considerada pioneira. A diferença no que diz respeito às datas está relacionada ao fato de que, no caso de Freitas, citou-se a data em que a sua tese de doutorado, ainda inédita, foi defendida, ao passo que, no caso de Silva, citou-se a data da edição de seu livro sobre o assunto.

“Deixou as chagas mal cicatrizadas – campos destruídos, cidades arruinadas –, precipitou a evolução econômica – declínio da agricultura, recuo urbano –, a retração demográfica e as transformações sociais. Os camponeses viram-se obrigados a se colocar sob dependência cada vez maior dos grandes proprietários, estes passaram também a ser chefes de grupos armados, e a situação do colono tornava-se cada vez mais próxima da do escravo.” (Le Goff, 2005: 21-22)

Além disso, marcaram a recepção dos “bárbaros” como povos federados, indicando, assim, o início da fusão que levaria à idade média. Portanto, a chave para caracterizar a idade média é a ideia de fusão entre os “bárbaros” e a civilização romana. Dentro desse contexto, sublinha-se a ascensão do cristianismo. Entretanto, para Le Goff, a estrutura romana era apenas um instrumento para o desenvolvimento dessa religião que, devido ao seu caráter universalista, negava-se a ficar restrita aos limites imperiais. Essa religião transformou-se no principal transmissor da cultura romana para o Ocidente medieval.

Segundo esse historiador, as invasões do século III marcaram o início das alterações das quais nasceram o Ocidente medieval e as do século V precipitaram tal processo ao mesmo tempo em que lhe deu um aspecto catastrófico. Entre as características dos invasores do século V, sublinha-se o fato de que não eram povos selvagens e de que, embora tenha havido uma parcela que se manteve “pagã”, houve outra que se converteu ao cristianismo, ao arianismo, considerado uma heresia após o concílio de Niceia em 325.

Ao caracterizar as relações entre os romanos e seus invasores, Le Goff destacou que os “bárbaros” admiravam as instituições romanas. Os “bárbaros” desejavam imitar os romanos e, apenas com Carlos Magno (742-814), foi que um chefe “bárbaro” ousou assumir o título de imperador. Apesar disso, o autor sublinhou que o período das invasões foi confuso, uma vez que os “bárbaros” causavam demasiados danos nos territórios invadidos.

Para Le Goff, entre a morte de Teodósio (395) e a coroação de Carlos Magno (800), houve a produção de um mundo novo. Ele teria nascido da lenta fusão do mundo romano com o mundo “bárbaro”. Na verdade, a idade média representa a fusão de dois mundos que caminharam um em direção ao outro, ou seja, da convergência das estruturas romana e “bárbaras”, que estavam em um processo de transformação. Apesar de sustentar que os “bárbaros” apropriaram-se do que o império romano legou de superior, principalmente, na cultura e na organização política, o historiador aponta que eles

aprofundaram a decadência que tinha começado durante o baixo império. Assim, evidenciou a regressão técnica e de costumes que o medievo herdaria. Não havia diferenças étnicas na exploração rural: “O que importa e o que se percebe claramente é o mesmo movimento de ruralização e de progresso da grande propriedade que leva consigo o conjunto da população.” (Le Goff, 2005: 36).

Quanto à Igreja, sustentou que, além do papel religioso, assumiu os papéis político, social e militar no período das invasões. Com a instalação dos reinos “bárbaros”, Le Goff afirmou que a Igreja procurou satisfazer seus interesses, isto é, conseguir terras, doações, isenções e rendimentos. Além disso, sublinhou que “[...] a Igreja procura conduzir o Estado e os reis procuram dirigi-la.” (Le Goff, 2005: 41). Dessa forma, apontou para a importância da Igreja no mundo feudal.

A ideia de queda do Império romano e, parcialmente, das migrações “bárbaras” diminuiu à medida em que os historiadores desenvolveram a noção de transformação do mundo romano. Tal era o título da coleção dos ensaios publicados por Lynn White Jr. (White Jr., 1966). Essa ideia, que foi difundida na década de 1990 pelo projeto desenvolvido pela *European Science Foundation* (ESF), enfatizava os processos de transformação e, principalmente, as formas nas quais os elementos do mundo romano sobreviveram e foram modificados após a queda do império ocidental em 476. No entanto, Halsall (2007) afirmou que, apesar de a noção de “transformação” ser predominante nos estudos dessa época, apresentava problemas. Um deles foi que, mesmo não imputando a culpa à chegada dos “germanos”, as transformações deveram-se a eles.

O autor canadense Walter Goffart atacou o germanismo, a ideia de unidade entre os povos “bárbaros” do Norte e a importância deles na introdução de novas características no século V da história europeia ocidental. Para ele (Goffart, 1980), a concepção sobre os “bárbaros germânicos” está relacionada à história política moderna. Assim, defendeu que não havia uma identidade comum que ligava os grupos de fala germânica e negou (Goffart, 2002) qualquer papel desses grupos na criação de estruturas sociopolíticas no início da idade média, pois sustentou que havia uma continuação das instituições romanas. Essas ideias foram continuadas por seu aluno Alexander Callander Murray (1983), que criticou a ideia de a etnicidade ser construída com base no contexto (Callander Murray, 2002). Halsall (2007.) afirmou que os dois autores supracitados formaram, junto com outros, uma “escola” de estudiosos que se interessaram, com uma visão crítica, pela história dos “bárbaros” e, em particular, pelo trabalho da Escola de Viena e o seu modelo de etnogênese.

Seguindo a ideia de Goffart, o estudioso norte-americano Patrick Amory (Amory, 1993) defendeu que a identidade “bárbara” foi adotada apenas no contexto do esfacelamento do império romano do Ocidente. Dessa forma, para Amory, houve um pequeno ou mesmo nenhum papel da cultura e das estruturas sociais “germânicas” no mundo pós-romano.

Nos EUA, destacou-se a produção de Patrick Geary, estudioso profundamente influenciado pela Escola de Viena. Geary (1988) demonstrou como os francos que se fixaram no império e os magnatas romanos, gradualmente, geraram a hegemonia merovíngia. Defendeu que o mundo germânico talvez tenha sido a maior e mais duradoura criação do gênio militar e político de Roma. Além de se inclinar para os estudos de etnicidade e sustentar que esta foi uma construção de um determinado contexto, Geary (2002) sustentou que as ideologias modernas europeias, cujo objetivo era o de encontrar os reinos que os Estados modernos reclamavam ser descendentes, guiaram a visão que se tem sobre o início do medieval e, principalmente, sobre os papéis dos povos que se acreditava que tinham migrado para o império romano.

Halsall (2007) definiu, em 2007, que, em geral, a historiografia dos últimos cinquenta anos foi caracterizada por uma diminuição da importância da escala e dos efeitos das migrações “bárbaras” e que a exceção mais importante a tal tendência historiográfica foi o trabalho do historiador britânico Peter Heather. Este (Heather, 1996) criticou a ideia de que os povos “bárbaros” eram apenas núcleos aristocráticos que traziam consigo o cerne da tradição das suas origens e defendeu que os “bárbaros” eram, em sua maior parte, constituídos por uma quantidade numericamente importante de homens livres e que mantiveram sua identidade étnica. Halsall filiou-se a Heather, afirmando que também acreditava que o principal fator para o desmantelamento do império foi o problema existente entre o governo imperial e os interesses das elites regionais. No entanto, enquanto Heather (1995) defendeu que tal problema tornou-se aparente com o aparecimento dos hunos, Halsall sustentou que a chegada dos hunos foi apenas uma consequência do evidenciamento dos problemas internos.

Segundo Halsall (2007), o império romano terminou em lugares e em épocas diferentes. Entre 376, quando o imperador Valente permitiu que refugiados godos entrassem no império, e 476, com a deposição de Rômulo Augustulo, o império ocidental perdeu o poder sobre cada uma de suas províncias. Consequentemente, o império, como uma instituição política, caiu. Por volta do século III, as circunstâncias que levaram à formação do império romano cessaram e, na Europa ocidental, os imperadores tinham dificuldades em governar, pois havia um aumento da fragmentação econômica e social. A

solução foi colocar o território sob uma determinada forma de lei e adotar um sistema de patronagem para ligar as periferias ao centro.

No período final do império, havia uma ligação intrínseca entre romanos e não romanos, sendo que esta sociedade, sua economia e sua política dependiam de uma determinada relação com o império. Os “bárbaros” constituíam um grupo de fala germânica, mas não possuíam uma uniformidade social, política ou cultural. Com a modificação da natureza da lei imperial por volta de 400, houve uma transformação política e social tanto nas províncias imperiais, quanto nos territórios “bárbaros”. A transformação gerou vazios políticos no império ocidental, os quais foram ocupados por unidades sociais, militares e políticas não romanas. Paralelamente, essa ocupação fazia com que outros grupos não romanos entrassem no império. Assim, foram criadas novas identidades políticas que substituíam, efetivamente, o papel político do império romano, embora, às vezes, fossem mantidos elementos da identidade romana. Como os “bárbaros” não tinham a possibilidade de oferecer uma solução ao fim político do império, no processo de renegociação de identidades, foram obrigados a absorver as ideologias romanas existentes, principalmente, às relacionadas ao exército. Nessas áreas, havia uma relação indissolúvel entre as políticas regionais e locais e as políticas mais amplas. Dessa forma, as migrações “bárbaras” foram o resultado do desmantelamento do império romano.

Corroborando a tese de uma fusão entre aspectos romanos e “germânicos”, mas enfatizando a continuidade da influência do império no Ocidente, Marcelo Cândido da Silva (2008) aponta o caso dos francos. Para o autor, os francos não seriam os conquistadores da Gália, mas delegados da autoridade imperial. Com base nas fontes analisadas, sustentou que a ascensão do poder de Clóvis não foi indício de ruptura, de uma conquista militar, uma vez que apenas assumiu um posto cujo controle já tinha estado nas mãos de outros membros de sua família. É pouco provável que tenha ocorrido uma nomeação pelo imperador devido ao afrouxamento das relações com o poder imperial, naquele momento instalado em Constantinopla. Tal distanciamento teria transformado determinados cargos, como, por exemplo, o ocupado por Clóvis, em funções hereditárias. Assim, não se pode sustentar que Clóvis tenha posto fim à autoridade imperial na região da Gália em 486. Dessa forma, Silva sustentou que a avidez de Clóvis e de seus sucessores por honrarias provenientes de Constantinopla não representava um tipo de “ vaidade”. Na realidade, tais títulos eram como um instrumento de governo e de legitimação.

Embora seja importante relacionar o reino franco à herança romana, Silva sustentou que isso não deveria ser feito de forma simplista. Dessa forma, sustentar que os francos deram continuidade às práticas institucionais romanas não resolve a questão. Na realidade, cabe analisar como foram capazes de

adaptá-las às condições da Gália do século VI. Além disso, é necessário compreender o modo como os francos adaptaram o cerimonial romano e reinterpretaram os símbolos dos mesmos.

Assim como Halsall (2007), Noble (2006) afirmou que, atualmente, a tese predominante é a de que houve uma transformação gradual. Tal transformação foi realizada pelos “bárbaros” e estes, por sua vez, eram produtos da longa e lenta modificação de Roma. Portanto, vários trabalhos mostraram que houve uma mistura de elementos romanos e germânicos. Por isso, Noble defendeu que, hoje, ao invés de se discutir as permanências do império e as modificações trazidas com os povos “bárbaros”, as questões tratadas ligam-se à etnicidade, etnografia e etnogênese, isto é: quem eram os “bárbaros”, como é possível conhecê-los, como interagem com Roma e como criaram reinos no solo romano.

Referências bibliográficas

Almeida, A. C. L. (2010). O uso da Idade Média por Pier Paolo Pasolini no *Decameron*. *Revista Tessituras*, n.º. 1, 01-10. Disponível em: <<http://www.docentesfsd.com.br>>. Acesso em: 24 de julho de 13.

Amalvi, C. (2002). Idade Média. In Le Goff, J.; Schmitt, J.-C. *Dicionário temático do Ocidente medieval* (pp. 537-551). Vol. I. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial.

Amory, P. (1993). The meaning and purpose of ethnic terminology in the Burgundian laws. *Early Medieval Europe*. v. 2, n. 1, 01-28.

Anderson, P. (2000). *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense.

Baschet, J. (2006). *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo.

Bloch, M. (1975). Cómo y por qué terminó la esclavitud antigua. In Bloch, M.; Finley, M. J.; Gutnova, E. V.; Kovaliov; Arciniega, A. M. P.; Mazzarino, S.; Shtajerman, E. M.; Weber, M. *La transición del esclavismo al feudalismo*. Madrid: Akal Editor.

Brown, P. (1981). *The cult of the saints: its Rise and Function in Latin Christianity*. Chicago: The University of Chicago Press.

Brown, P. (1999). *A ascensão do Cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editorial Presença.

Callander Murray, A. (1983). *Germanic kinship structure: studies in law and society in Antiquity and the Early Middle Ages*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies.

Callander Murray, A. (2002). Reinhard Wenskus on “Ethnogenesis”, ethnicity and the origin of the Franks. In Gillett, A. (ed.). *On Barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the Early Middle Ages* (pp. 39-68). Turnhout: Brepols Publishers.

Corradini, R.; Diesenberger, M.; Reimitz, H. (eds.) (2003). *The construction of communities in the early Middle Ages: texts, resources and artefacts*. Leiden; Boston: Brill.

Durliat, J. (1990). *Les finances publiques de Dioclétien aux Carolingiens (284–889)*. Sigmaringen: Thorbecke.

Gibbon, E. (2008). *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Cia. das Letras.

Finley, M. I. (1973). *The ancient economy*. Berkeley: University of California Press.

Franco Júnior, H. (2005). *A idade média, nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense.

Freitas, E. C. d. (2004). *Realeza e santidade na Gália Merovíngia: o caso dos Decem Libri Historiarum de Gregório de Tours (538-594)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói.

Fustel De Coulanges, N. D. (1891). *L’Invasion germanique et la fin de l’empire*. Paris: Hachette.

Ganshof, F.-L. (1962). Les traits généraux du système d’institutions de la monarchie franque. *Il passaggio dell’Antichità al Medioevo in Occidente*, Sittimane 9, 1962. Spolète: CISAM, 1963, 91-127.

Geary, P. (1988). *Before France and Germany: the creation and transformation of the Merovingian world*. Oxford: Oxford University Press.

Geary, P. (2003). *The myth of nations: the medieval origins of Europe*. Princeton: Princeton University Press.

Goetz, H.-W. et al. (2003). *Regna and gentes: the relationship between late antique and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman world*. Leiden; Boston: Brill.

Goffart, W. (1980). *Barbarians and Romans ad 418–585: the techniques of accommodation*. Princeton: Princeton University Press.

Goffart, W. (2002). Does the distant past impact upon the invasion age Germans?. In Gillett, A. (ed.) *On Barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the Early Middle Ages* (pp. 21-37). Turnhout: Brepols Publishers.

Guerras, M. S. (1987). *Os povos bárbaros*. São Paulo: Ática.

Guerreau, A. (2002). Feudalismo. In Le Goff, J.; Schmitt, J.-C. *Dicionário temático do Ocidente medieval* (pp. 437-455). Vol. I. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial.

Halsall, G. (2007). *Barbarian Migrations and the Roman West, 376–568*. Cambridge: Cambridge University Press.

Heather, P. (1995). The Huns and the end of the Roman Empire in western Europe. *English Historical Review*. v. 110, 04-41.

Heather, P. (1996). *The Goths*. Oxford: [Blackwell Publishing](http://www.blackwellpublishing.com).

Heers, J. (1991). *História medieval*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Le Goff, J. (1992). *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes.

Le Goff, J. (2005). *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc.

Magnou-Nortier, E. (1989). La gestion publique en Neustrie: les moyens et les hommes (VII^e – IX^e siècles). In Werner, K. F. (ed.). *La Neustrie: les pays au nord de la Loire de 650 à 850* (pp. 271-318). Sigmaringen: Hartmut Atsma.

Minnerath, R. (1996). *Histoire des conciles*. Paris: PUF, 1996.

Noble, T. F. X. (ed.). (2006). *From Roman provinces to medieval kingdoms*. New York: Routledge.

Pirenne, H. (1970). *Maomé e Carlos Magno*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Pohl, W. (1998a). Conceptions of ethnicity in early medieval studies. In Little, L. K.; Rosenwein, B. H. (eds.). *Debating the Middle Ages* (pp. 15-24). Oxford: Blackwell.

Pohl, W. (1998b). Telling the difference: signs of ethnic identity. In Pohl, W.; Reimitz, H. (eds.). *Strategies of distinction: the construction of ethnic communities, 300–800* (pp. 17-69). Leiden: Brill.

Rodney, H. *et alii*. (2004). *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*. São Paulo: Paz e Terra, 5ª ed., 09-36.

Silva, M. C. d. (2008). *A Realeza Cristã na Alta Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V – VIII)*. São Paulo: Alameda.

Vincent, C. (2007). *Introduction à l'histoire de l'Occident médiéval*. Paris: Librairie Général Française.

Wenskus, R. (1961). *Stammesbildung und Verfassung. Das Werden der frühmittelalterlichen Gentes*. Cologne.

White Jr., L. (ed.). (1966). *The Transformation of the Roman World. Gibbon's Problem After Two Centuries*. Berkeley: University of California Press.

Wolfram, H. (1988). *History of the Goths*. Berkeley: University of California Press.

Wolfram, H. (1997). *The Roman empire and its Germanic peoples*. Berkeley: University of California Press.

Recebido: 02 de maio de 2013

Aprovado: 23 de julho de 2013